



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
COMISSÃO TRIPARTITE DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

**28ª REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

**Ata da ordem do dia 31 de outubro de 2013.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**COMISSÃO TRIPARTITE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

**ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

**Local:** Brasília - DF

**Data:** 31 de outubro de 2013.

1 Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e treze teve início a 28ª Reunião da Comissão  
2 Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho, sob a Coordenação de Rinaldo Marinho – MTE.  
3 Estiveram presentes os seguintes participantes: Marco Antônio Pérez – MPS; Clovis Queiroz –  
4 CNI; Alexandre Scarpelli – MTE; Plínio Pavão – CUT; Armando Henrique – FS; Carlos Vaz – MS;  
5 Fernando Reis – MTE; Sônia Bombardi – FUNDACENTRO; Luís Festino – NCST; Nicolino  
6 Eugênio – CNF; Eduardo Guterra – CUT; Walcir Bruno – CUT; José Luís – Firjan/CNI; Philippe  
7 Jardim – MPT.

8 **ABERTURA:** O Coordenador Sr. Rinaldo Marinho (MTE) inicia a reunião e justifica a ausência do  
9 Sr. Celso Haddad.

10 **APROVAÇÃO DA ATA DA 27º R.O. CT-SST**

11 O Sr. Rinaldo discorre que o primeiro ponto da pauta é a aprovação da ata da 27ª Reunião da  
12 Comissão Tripartite e sugere que seja lida depois e seja aprovada na próxima reunião da Comissão.

13 **APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28º R.O. CT-SST**

14 Todos os participantes concordam com a sugestão de pauta e o Coordenador segue com a pauta  
15 aprovada.

16 **APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE PORTARIA PARA A FORMAÇÃO DO COMITE**  
17 **EXECUTIVO DA POLITICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

18 O Sr. Alexandre Scarpelli relembra os fatos acontecidos na última reunião sobre a  
19 operacionalização das ações do PLANSAT, em que foi decidido montar um Comitê Executivo  
20 formal seguindo o que está estabelecido pela política, no anexo do Decreto nº 7602/2011, para  
21 operacionalizar as ações do PLANSAT. A partir do Comitê seriam formados grupos de trabalho  
22 com o foco exclusivo nos objetivos, ações ou nas estratégias. O Sr. Rinaldo Marinho explana que  
23 foi decido elaborar uma Portaria, podendo trabalhar de duas maneiras, uma Portaria Interministerial  
24 estabelecendo o que está formado no Comitê e deixar a cargo de cada um dos Ministérios as  
25 indicações dos nomes para o Comitê. O Sr. Alexandre Scarpelli faz a leitura do Artigo 1º e 3º da  
26 minuta e relata que o Comitê seria formado por nove pessoas, dividido em representantes titulares  
27 de cada pasta da Comissão. O Sr. Clovis Queiroz (CNI) solicita um ajuste no trecho que apresenta  
28 as palavras “saúde e segurança” e sugere colocar numerando por item. O Sr. Armando Henrique  
29 (FS) questiona se toda vez que mudar o nome dos representantes terá que publicar uma Portaria. O  
30 Sr. Rinaldo Marinho esclarece que para dar agilidade no processo de substituição, cada Ministério  
31 irá designar os seus próprios representantes. O Sr. Carlos Vaz (MS) entende que poderia ser o  
32 Ministério que está coordenando para evitar passar em três consultorias jurídicas. O Sr. Rinaldo  
33 Marinho sugere aprovar o conteúdo e a forma fica a cargo de quem estiver coordenando. O Sr.  
34 Armando Henrique entende que a Portaria teria que ser realmente interministerial, pois todos sabem  
35 o histórico de dificuldade do próprio Governo de interagir em questões como essa. O Sr. Carlos Vaz  
36 comenta sobre a proposta e relata que a ideia é que tivesse um grupo mais operacional, com dois  
37 representantes de cada Ministério, abrindo o grupo de trabalho operacional a perspectiva de que  
38 tivesse representação de trabalhadores e empregadores. Discorre que está na dúvida se cabe na

Portaria a representação das bancadas ou poderia no âmbito da Comissão estabelecer uma espécie de Regimento para não ter a necessidade de uma Portaria Interministerial. O Sr. Rinaldo Marinho apoia a segunda proposta do Sr. Carlos Vaz por atender que segue o que está previsto no Decreto. O Sr. Luís Festino (NCST) indaga se a criação do grupo está inserida na Portaria. O Sr. Rinaldo Marinho explica que não está previsto na Portaria, mas será elaborada outra Portaria ou deverá ser formalizado dentro do âmbito da própria Comissão. O Sr. Marco Antônio Pérez (MPS) entende que poderia incluir algum dispositivo na Portaria sinalizando que o Comitê está aberto para receber convidados, inclusive outras bancadas. O Sr. Plínio Pavão entende que deve ter algo mais definido internamente e explana que tendo um grupo com uma designação formalizada na Comissão e com uma rotina de trabalho funciona melhor, mas evidentemente as bancadas vão ter toda liberdade para substituir no momento que achar adequado. O Sr. Rinaldo Marinho propõe como encaminhamento a definição da composição do Grupo Operacional Tripartite, já com um prazo para as indicações e uma data para a primeira reunião. Explica que a Portaria não vai dar o indicativo da existência do grupo, apenas cria o Comitê Executivo. O Sr. Clovis Queiroz entende que o Comitê Executivo já estava previsto no Decreto e explana que não vê a necessidade de um subgrupo. O Sr. Rinaldo Marinho discorre que talvez tenham acontecido reuniões que não tiveram a objetividade esperada ou não possuíam assuntos importantes exatamente pela falta de uma instância tripartite que faça a preparação das reuniões. O Sr. Clovis Queiroz relata que o grupo não deve assumir as discussões, devido à variedade de temas. Entende que cabe aos coordenadores indicar os temas e levar essa discussão para o subgrupo objetivando o debate. Ressalta ainda que não vê a necessidade de ter um grupo fixo para organizar as reuniões da CTSST, pois pode ser exercido de maneira muito mais simples, com uma provocação aos coordenadores de proposta de pauta de assuntos que poderão ser deliberados. O Sr. Plínio Pavão observa que tem uma tendência de comparar muito a CTSST com a CTPP, mas tem que entender que existem diferenças entre as duas Comissões. Entende que uma consulta tripartite tem que ter um caráter executivo que possa opinar sobre o que o Governo está fazendo. O Sr. Armando Henrique relata que a Bancada do Governo é o Comitê Executivo, se for colocar em prática o aspecto de envolvimento social com os três segmentos conforme se deseja em quase tudo que forem fazer, vai acabar debatendo na competência da CTSST e acredita que com isso a produtividade ficará bastante comprometida. Entende que a subcomissão não tem o caráter que tem a Portaria do Comitê Executivo, é uma Comissão Operacional, que vai corroborar com o Executivo para que as ações sejam implementadas de forma participativa. O Sr. Nicolino Eugênio (CNF) explana que na última reunião houve uma discussão sobre grupo de trabalho e a CNF ponderou que a competência da CTSST está definida na Portaria Interministerial nº 152/2008. O combustível da Comissão deve ser a política que foi publicada e o Plano e entende que o primeiro assunto deveria ser a revisão do PLANSAT e em seguida entrar na questão do gerenciamento. O Sr. Eduardo Guterres (CUT) entende que ordenar e implementar o Comitê Executivo é muito importante, que a proposta pode dar celeridade no debate das políticas para desenvolver mais a Comissão nos assuntos da saúde e segurança do trabalho. O Sr. Plínio Pavão concorda em parte com a proposta do Sr. Nicolino Eugênio em relação à revisão do PLANSAT e entende que para agilizar o Grupo Operacional precisa estar o quanto antes funcionando. O Sr. Rinaldo Marinho explana que a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e o Plano Nacional não são uma política e um plano de Governo. Foram construídos pela Comissão que é Tripartite com a participação de segmentos que representam os trabalhadores e os empregadores. O Governo tem a sua parcela de contribuição na falta de celeridade na execução das ações, mas a Comissão também tem o seu papel de responsabilidade neste processo. Assim entende que tem que ser um Grupo Operacional responsável pelo acompanhamento das ações do PLANSAT. O Sr. Walcir Bruno (CUT) entende que é uma grande oportunidade ter o Grupo Operacional para avaliações do Plano.

O Sr. Clovis Queiroz discorre que tem escutado as intervenções e até agora não se deu por convencido, que deve ser olhado o PLANSAT e pautadas as ações que foram propostas. O Sr. Rinaldo Marinho propõe a suspensão da reunião por 10 minutos para fazer uma conversa separada com as bancadas, preservando as inscrições para retorno.

#### **PROPOSTA DE REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO PLANSAT**

Após o almoço o Sr. Rinaldo Marinho discorre que foi feita a leitura da proposta de atualização do PLANSAT e abre a palavra para observações e destaques. O Sr. Clovis Queiroz propõe que fique evidenciado no item 1.1 *“todos os tipos de trabalhadores”*. O Sr. Rinaldo Marinho relata que a proposta é estabelecer um prazo para manifestação das bancadas e não fazer o debate hoje na reunião. O Sr. Clovis Queiroz explana que a prioridade de pauta da indústria é a NR12 e que não tem como avançar esse ano com a revisão do PLANSAT. O Sr. Rinaldo Marinho discorre que existem dois caminhos: discutir na CTSST ou formar um grupo menor para discutir e trazer a maior parte do trabalho pronto. Questiona se a bancada dos empregadores tem condições de apresentar uma manifestação em 2014. O Sr. Clovis Queiroz esclarece que dará a resposta na próxima semana. O Sr. Rinaldo Marinho indaga qual é o prazo necessário para a bancada dos trabalhadores e o Sr. Plínio Pavão explana que os trabalhadores têm condições de dar um retorno sobre a proposta em 30 dias. O Sr. Rinaldo Marinho solicita também um esforço da bancada dos empregadores para fazê-lo também em 30 dias. A Sra. Sônia Bombardi (FUNDACENTRO) explana que o fato de estarmos discutindo a revisão do PLANSAT não impede que as demais ações previstas possam ser encaminhadas.

#### **APRESENTAÇÃO DO ANDAMENTO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO DO PLANSAT**

Sr. Rinaldo Marinho segue para o item cinco da pauta sobre a apresentação do andamento das ações de curto prazo do PLANSAT. O Sr. Alexandre Scarpelli discorre que desde o lançamento do PLANSAT tinha um prazo de 18 meses para apresentação dos resultados e para prestar contas do andamento das ações. O prazo esgotou e foi elaborada uma planilha com o histórico de todas as reuniões que foram feitas pelo Comitê Executivo do PLANSAT. Explana que as ações que estão em verde na planilha estão sendo encaminhadas e faltando algo para terminar, as ações que estão em vermelho são as que estão com dificuldades para serem executadas, as em amarelo foram iniciadas e as de azul estão já concluídas. Em relação à ação 1.2.1, *“Pautar a discussão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão responsável pelo desenvolvimento do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor nas três esferas do governo”*, foi verificado que o SIASS ainda está em fase de implantação e que está sendo preciso realizar o acompanhamento da implantação. O Sr. Marco Antônio Pérez relata que os três módulos do SIASS, que são o de perícia, o de exames médicos periódicos e o de promoção à saúde nos ambientes de trabalho, já estão em operação. No segundo semestre está sendo desenvolvida a ferramenta de extração e cruzamento de dados, e dessa forma poderá fazer o cruzamento de até três bases de dados. Quanto à ação 1.3.4, *“No âmbito do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente pautar a discussão da exceção de pessoa com deficiência e reabilitada no mercado de trabalho”*, o Sr. Alexandre Scarpelli relata que está tentando fazer alguns contatos com a Secretaria de Direitos Humanos e o Subcomitê do Trabalho Decente para verificar como proceder para fazer a integração do PLANSAT com a Agenda Nacional do Trabalho Decente. Quanto à ação 2.1.1, *“Realização de estudos visando harmonização, aperfeiçoamento da legislação”*, discorre que o Desembargador Sr. Sebastião Oliveira aceitou articular um grupo de trabalho para a revisão da legislação. Após a fase de definição de quais serão as legislações que serão trabalhadas entraria a parte técnica para fazer a leitura dos dispositivos legais para poder encaixar com o restante da legislação. O Sr. Philippe Jardim (MPT) questiona se o grupo de trabalho já foi criado e o Sr. Alexandre Scarpelli responde que ainda não foi formado e que havia a proposta de escolher quais seriam os membros da CTSST

que fariam parte. Entende que o grupo precisa da participação da CTSST, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. O Sr. Marco Antônio Pérez entende que as ações de curto prazo são de extrema importância para o futuro do grupo da Comissão e deixa claro que existem algumas questões relacionadas com políticas de segurança e saúde no trabalho que extrapolam o tripartismo. Relata que tem preocupação se precisa de estudo técnico para desenvolver o projeto, o que implicará em custos. O Sr. Carlos Vaz destaca que todo grupo de trabalho vai produzir uma proposta para discutir na CTSST e pergunta se a Comissão está confortável com a coordenação do Desembargador Sr. Sebastião Oliveira. Compreende que o trabalho do grupo é realmente propor uma organização que permita ser mais sistêmica a interrelação entre os órgãos e com relação à sociedade com um todo, bem como com as representações de trabalhadores e empregadores. O Sr. Plínio Pavão entende que a primeira coisa a fazer é compor o grupo e definir quais são as possibilidades, para depois fazer a avaliação dos custos. O Sr. Clovis Queiroz se preocupa com a possibilidade de retirada do processo tripartite da discussão das normatizações. Os participantes discutem sobre a questão do Desembargador Sr. Sebastião Oliveira ser o coordenador do grupo de trabalho e o Sr. Rinaldo Marinho relata que não está sendo delegada ao Desembargador a condução do estudo, as decisões deverão ser da Comissão. O Sr. Alexandre Scarpelli expõe que não entra nesse primeiro momento no estudo da legislação para poder fazer a harmonização, primeiramente serão definidos os caminhos, as diretrizes e os princípios da proposta. Decide-se a realização de uma conversa prévia com o Desembargador. O Sr. Carlos Vaz propõe realizar o encontro na reunião do Comitê de Cooperação do TST no dia 05 de dezembro na parte da tarde. O Sr. Armando Henrique sugere dia 27 de novembro, onde ocorrerá o informe da Frente Parlamentar pela Segurança e Saúde no Trabalho. O Sr. Rinaldo Marinho discorre que no dia 27 de novembro ocorrerá reunião da CTPP e está sendo feita uma tentativa da presença do Ministro Manoel Dias para a assinatura de várias normas que estão aprovadas. O Sr. Alexandre Scarpelli sugere entrar em contato com as coordenações de bancada semana que vem para tentar encontrar uma data para agendar a reunião com o Desembargador Sebastião Oliveira. Em relação à ação 2.1.2, “*Criação de uma página oficial na rede mundial com população articulada e integrada de toda a legislação nacional*”, Sr. Alexandre Scarpelli exprime que entrou em contato com a DATAPREV e que o valor para a hospedagem e a manutenção do *site* não seria economicamente viável para a Comissão ou para os Ministérios. O Sr. Marco Antônio Pérez explana que a DATAPREV entrou em contato e que houve a intenção de trabalhar junto ao *site* do Ministério da Previdência Social, todavia terá que ser pautada a discussão com a Assessoria de Comunicação do Ministério. O Sr. Alexandre Scarpelli relata que está enfrentando dificuldade com o contrato com a DATAPREV, pois o valor não é viável e a possibilidade hoje é hospedar o *site* no *site* do Ministério da Saúde ou do Ministério da Previdência Social através de *link*. Quanto à ação 3.1.6, “*Articulação entre a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e a vigilância em saúde do trabalhador com pilotos de atuação a partir de regiões/locais de maior sinistralidade*”, o Sr. Alexandre Scarpelli explana que entrou em contato com alguns estados e está sendo encaminhado a realização de algumas fiscalizações integradas em empresas que foram diagnosticadas como de maior risco de acidente ou de adoecimento. Quanto à ação 3.1.9, “*Aperfeiçoamento dos Nexos Técnicos Previdenciários*”, os aperfeiçoamentos nos nexos já são feitos, então está sendo proposto que seja considerada como uma ação permanente. O Sr. Marco Antônio Pérez explica que foi colocado em consulta pública um novo modelo de avaliação de incapacidade, em que esta avaliação vai implicar em perícia ou não. A sugestão é trazer o INSS para apresentar e debater se houver interesse da Comissão, porque a questão é o NTEP fazer uma atualização da base de dados. O Sr. Armando Henrique indaga como está a integração das bases de dados da saúde e previdência relacionando ao NTEP. O Sr. Marcos Antônio Pérez relata que integração não significa necessariamente a mesma base de dados e que o

NTEP tem melhorado muito a questão da notificação. O Sr. Carlos Vaz entende que a questão colocada pelo Sr. Armando Henrique é o objetivo cinco do PLANSAT que é a estruturação de uma rede integrada de informações em SST e discorre que alguns processos de aproximação entre a perícia do INSS e o SUS estão sendo trabalhadas em outro grupo de trabalho que foi constituído pelo Ministério da Previdência Social. O Sr. Clovis Queiroz explana que a CNI tem muita crítica em relação ao NTEP. O Sr. Plínio Pavão registra que a discussão não é do Nexo Técnico Epidemiológico, mas é de Nexo Causal. Em relação à ação 4.1.1, *“Estabelecer uma pauta de prioridades de estudos para as atividades laborais de alto risco”*, o Sr. Alexandre Scarpelli discorre que houve um problema na extração dos dados da DATAPREV, mas foi elaborada uma nova maneira de tentar identificar quais são essas atividades laborais de alto risco a partir de todas as ocorrências de benefícios. Quanto às ações 4.1.2, *“Estabelecer discussão sobre que medidas deverão ser implantadas nas atividades laborais de alto risco prioritizadas”*, e 4.3.1, *“Estabelecer processo de discussão com o BNDES e outras instituições de fomento”*, ambas dependem da ação 4.1.1. Quanto à ação 4.4.1, *“Estabelecimento e divulgação de listagem nacional de substâncias carcinogênicas”*, relata que houve uma renovação das listas da IARC e deve estar sendo divulgada em breve. O Sr. Rinaldo Marinho entende que a melhor estratégia seja publicar a lista e depois fazer a atualização. Em relação à ação 4.4.2, *“Definição de outros fatores de riscos e agentes nocivos a serem listados”*, o Sr. Alexandre Scarpelli relata que foi feita a sugestão na revisão do PLANSAT de trocar o prazo dessa ação para médio pois não foi conseguido trabalhar em cima dos outros agentes nocivos a serem listados. Quanto à ação 5.2.1, *“Estabelecer critérios para diferenciados níveis de acesso às informações”*, o Sr. Plínio Pavão relata que a proposta dos trabalhadores para a revisão é tirar a questão de níveis de acesso diferenciado e colocar em conformidade com a legislação de acesso à informação. Quanto à ação 6.1.1, *“Formulação de NR de gestão em segurança e saúde no trabalho”*, o Sr. Alexandre Scarpelli discorre que os trabalhos estão acontecendo no grupo de trabalho que está discutindo a NR 01, sendo uma ação que foge da gerência da CTSST. A ação 6.1.4 deve ser excluída, por estar contemplada na ação 1.2.1. Em relação à ação 6.3.3, *“Estabelecer processo de discussão com o BNDES e outras instituições de fomento”*, o Sr. Alexandre Scarpelli explana que estava sendo trabalhada uma parceria com o SESI para estabelecer um programa que fizesse a consultoria de gestão em segurança e saúde no trabalho via cartão BNDES, em que o empresário faria a implantação do sistema dentro da sua empresa. A ação não teve continuidade, mas estão sendo retomados os contatos para continuá-la. Relata que a grande maioria das empresas pequenas tem muita dificuldade para fazer hoje a gestão de segurança e saúde no trabalho e que o SESI poderia trabalhar a questão de implementação do PPRA e do PCMSO para empresas via cartão BNDES. O Sr. Armando Henrique entende que o grande desafio é achar mecanismo pelo qual o serviço prestado pelo SESI seja minimamente regulado. O Sr. Plínio Pavão entende que seria prudente aguardar um pouco o desdobramento da NR 01 para dar seguimento nessa ação. Quanto à ação 7.1.1, *“Articulação com o Ministério da Educação para regulamentar e viabilizar a inclusão”*, a Sra. Sônia Bombardi relata que o grupo de educação seria o mesmo para discutir todos os itens do objetivo sete e que quem quiser participar pode entrar em contato com a coordenação. Entende que é importante que haja pelo menos um representante de cada bancada para participar das reuniões presenciais e *on-line*. Discorre que gostaria que todas as nossas ações fossem integradas, realizadas em conjunto, em consenso. O Sr. Alexandre Scarpelli discorre que gostaria que o objetivo sete fosse trabalhado sempre pelo mesmo grupo para que as coisas fossem alinhadas. A Sra. Sônia Bombardi explana que apesar da dificuldade, existem pessoas que auxiliam nas implementações mais pontualmente de algumas ações, como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas e os Getrins. O Sr. Plínio Pavão lembra que tem uma deliberação que foi definida no grupo, que independe de uma nova reunião do grupo, que é a oficina que foi

227 adiada três vezes e entende que é preciso a sua realização, independente das outras ações. Sendo  
228 assim os participantes decidem marcar para dia 18 e 19 de março de 2014 a realização da oficina  
229 para inserção de conteúdo de SST no ensino fundamental. O Sr. Alexandre Scarpelli entende que  
230 todos têm o compromisso de se envolver no tema, não apenas acompanhar. O Sr. Plínio Pavão  
231 entende que precisaria rediscutir a questão do financiamento e a questão do local de realização. O  
232 Sr. Alexandre Scarpelli entende que em São Paulo ficaria mais tranquilo, e que poderia ser na  
233 própria FUNDACENTRO. O Sr. Plínio Pavão relata que nas entidades sindicais é possível  
234 disponibilizar espaço para realização. O Sr. Alexandre Scarpelli entende que a importante  
235 deliberação de hoje é que o grupo volte a se falar pelos contatos de *e-mail* para que a oficina  
236 ocorra. Com relação à questão do financiamento também será debatido por *e-mail*. O Sr. Carlos Vaz  
237 expõe ser possível que o Ministério da Saúde financie algumas passagens para palestrantes. Quanto  
238 à ação 8.1.1, “*Definir na CTSST as prioridades nacionais de estudos e pesquisas em segurança e*  
239 *saúde no trabalho*”, entende que poderia deixar para a próxima reunião trazer algum material para  
240 começar a trabalhar essa ação. Em relação à ação 8.3.2, “*Articulação com o Ministério de Ciência e*  
241 *Tecnologia para destinação de um percentual de bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras para*  
242 *estudos e pesquisa em SST*”, relata que já foram feitos alguns contatos com o Ministério de Ciência  
243 e Tecnologia e sugere que o prazo dessa ação passe a ser médio.

#### 244 **INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO SETORIAIS**

245 O Sr. Carlos Vaz relata que o Grupo de Transporte Rodoviário de Cargas realizou depois da última  
246 reunião da Comissão duas reuniões para debater a implementação e proposta de alteração da Lei nº  
247 12.619/12, em que participaram Ministério dos Transportes, DENATRAN, ANTT e Polícia  
248 Rodoviária Federal. Informa que a última reunião do grupo no ano será no dia 06 de novembro.  
249 Explana que o Ministério do Trabalho e Emprego tem relatado as suas ações de fiscalizações e o  
250 Ministério dos Transportes fez a referência sobre o diagnóstico preliminar dos pontos de parada. A  
251 Casa Civil tem buscado manter um fluxo de reuniões com os órgãos de governo para ver as  
252 possibilidades de estar oferecendo contraposições ao Projeto de Lei que modifica os pontos mais  
253 importantes da Lei nº 12.619/12 em relação ao controle da jornada e diminuição dos tempos de  
254 descanso dos motoristas. O Sr. Phillipe Jardim discorre que o MPT possui um programa específico  
255 chamado “Jornada Legal”, já tendo realizado duas ou três fiscalizações nacionais em conjunto com  
256 o Ministério do Trabalho e Emprego e com a Polícia Rodoviária Federal. O Sr. Luís Festino  
257 (NCST) relata que todos os setores que tem discutido sobre a lei não se colocaram contrários a  
258 mesma. Relatou ainda que na última reunião ocorrida com a Ministra Gleise Hoffmann da Casa  
259 Civil e com o Ministro Cesar Borges do Ministério dos Transportes houve um comprometimento e  
260 até uma preocupação do Ministro de Transportes, mas até os próprios deputados favoráveis à Lei  
261 acabaram assinando o requerimento de urgência do Projeto de Lei. O Sr. Eduardo Guterra explana  
262 que é favorável à Lei e entende que foi um avanço na questão dos transportes. O Sr. Luís Festino  
263 relata que a Lei completa um ano e seis meses e que a questão do Artigo 2º, que corresponde à  
264 qualificação profissional, não está sendo devidamente encaminhada pelo Ministério do Trabalho e  
265 Emprego, e que cobrança foi feita diretamente ao Ministro.

#### 266 **INFORMES GERAIS**

267 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

268 Não houve tempo para esse informe.

269 **ENCERRAMENTO:** o Sr. Rinaldo Marinho registra que a primeira reunião da CTSST em 2014  
270 será no dia 12 de fevereiro e agradece a presença de todos, encerrando a reunião.